

ARTÍFICES DE COR DO RECIFE: DOS PRIVILÉGIOS CORPORATIVOS À TENTATIVA DE CONTROLE DA ESCOLARIZAÇÃO DOS OFÍCIOS – DÉCADAS DE 1840 E 1850

Marcelo Mac Cord

RESUMO: No Ocidente, o final do século XVIII testemunhou o enfraquecimento de algumas formas de organização social vinculadas ao Antigo Regime. No mundo do trabalho, por exemplo, foram atacadas as corporações de ofício e destruídos seus privilégios monopolistas. Na Europa, paulatinamente, Estados como França e Inglaterra criaram escolas profissionalizantes, que procuraram golpear mortalmente o tirocínio artesanal e o poder dos mestres de ofício. No Brasil, a Constituição de 1824, inspirada em valores ilustrados e europeus, também extinguiu as corporações de ofício. Contudo, o Estado pouco atuou para a criação de escolas de artes e ofícios. Existiu um importante vácuo entre a proibição do monopólio do ensino nas oficinas e a criação de significativas organizações escolares voltadas ao treinamento de futuros trabalhadores. No Recife, um grupo de mestres de ofício de pele escura, livres, que experimentou os privilégios corporativos, tentou ocupar o espaço vago deixado pelo Estado. É sobre os fluxos e refluxos dessa tentativa que versa esse artigo.

PALAVRAS-CHAVE: corporações de ofício, mutualismo, ensino profissionalizante.

ABSTRACT: In the West, the end of the 18th Century witnessed the weakening of some kinds of social organization bound to the Old System. In the labor world, for instance, craft guilds were fought and their monopolistic privileges were destroyed. In Europe, nations such as France and England gradually created professionalizing schools, which sought to mortally strike the handcraft apprenticeship and the power of craft masters. In Brazil, the 1824 Constitution, inspired in illustrated and European values, extinguished the craft guilds as well. However, the State did little to create schools of arts and crafts. There was an important loop between the prohibition of the education monopoly in the workshops and the creation of significant school organizations intended to the training of future workers. In Recife, a group of dark-skinned, free craft masters, who experienced corporate privileges, tried to occupy the vacant place left the State. This article deals with the flows and reflows of such an attempt.

KEY WORDS: guilds, mutualism, professionalizing education

Criada na primeira metade do século XVIII, a Irmandade de São José do Ribamar congregou carpinteiros, tanoeiros, pedreiros e calafates. Primordialmente instalados em algum espaço secundário da Igreja do Hospital de Nossa Senhora do Paraíso, os irmãos do Santo Carpinteiro iniciaram a construção de seu próprio templo (Igreja de São José do Ribamar) na década de 1750. Provavelmente na década de 1770, período em que foram concluídas as principais obras do edifício religioso, a entidade leiga recifense recebeu a mercê real de monopolizar o treinamento e a prática dos quatro ofícios que representava. A partir de então, na principal cidade de Pernambuco, somente os mestres daquela corporação de ofício tinham o privilégio de controlar o exercício de suas profissões e conceder diplomas que definiam quem poderia executá-las. Contudo, em 1824, a Constituição do Brasil extinguiu os privilégios corporativos. Os ideais ilustrados que inspiraram a Carta Magna do recém fundado império sul-americano defendiam a liberdade do trabalho, assim como do capital. Ou seja, era prova de “avanço” e de “civilização” o fim do tradicional monopólio artesanal que alguns peritos usufruíam em suas oficinas e tendas.

No final da década de 1830, alguns mestres carpinteiros e pedreiros da Irmandade de São José do Ribamar, que eram livres, tinham a pele escura e labutavam nos canteiros de obras do Recife, entenderam que era preciso reorganizar seus costumes comuns e recuperar os privilégios perdidos a partir de uma chave mais “moderna”. Para escapar dos estigmas da escravidão, do “defeito mecânico” (pretensa incapacidade intelectual dos que trabalham com as mãos) e do “atraso” das corporações de ofício, aqueles trabalhadores organizaram uma associação mutualista. Fundada em 21 de outubro de 1841, e instalada no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar, a Sociedade das Artes Mecânicas era uma entidade de auxílio mútuo que também ofereceria aulas noturnas para o mais amplo “aperfeiçoamento” de seus membros, que seriam, necessariamente, mestres carpinteiros e pedreiros pernambucanos. No período em quadro, quando os franceses mais pobres se envolveram com a Questão Social, as mutuais de artífices surgiram como símbolo de prestígio, proteção, civilidade e inteligência. Como podemos observar, alguns artífices de pele escura da Irmandade de São José do Ribamar estiveram absolutamente atentos às conexões atlânticas¹.

Pelo menos desde meados de 1842, as aulas da Sociedade das Artes Mecânicas contaram com os serviços do lente Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão². Os sócios apostaram que este professor poderia ajudá-los tanto no “progresso” profissional, quanto na luta pelo reconhecimento de seus talentos e virtudes. Os motivos para que

eles alimentassem estas expectativas eram consistentes. A personagem em quadro era bacharel formado pela prestigiada Escola de Belas-Artes de Paris e sua fama de “habilíssimo pintor retratista” correu as ruas do Recife Oitocentista³. Além de dominar os saberes legitimados pelos “de cima” da pirâmide social, e receber aplausos acalorados como artista liberal, também é relevante o fato de seus contemporâneos definirem-no como uma pessoa “parda”⁴. Ao aprenderem geometria aplicada às artes e desenho linear pelas mãos de um homem de cor qualificado, os sócios sinalizavam aos pernambucanos que os estigmas da escravidão e do “defeito mecânico” poderiam ser superados. Tal concepção basearia suas lutas por cidadania.

Sensível aos principais anseios da mutualista, o bacharel Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão procurou adequá-los à sua experiência acadêmica e às conjunturas recifenses. A partir desta percepção, o lente pretendia encontrar uma forma para melhor promover a visibilidade pública da associação. Para isso, o caminho mais conveniente a seguir era fazer com que suas aulas também tivessem legitimidade perante as elites letradas e proprietárias. Desta forma, a entidade artística poderia fortalecer sua imagem “civilizadora” e cancelar seu projeto de promover a qualificação mais ampla de seus membros. Para que todos estes objetivos fossem alcançados conjuntamente, era necessário que o renomado artista liberal acertasse na escolha de seus princípios filosófico-pedagógicos e didáticos. Neste sentido, ele determinou que o fio condutor das lições ministradas no Templo dedicado ao Santo Patriarca seria o “sistema do Barão Ch. Dupin”⁵.

O que era o “sistema do Barão Ch. Dupin”?

Charles Dupin nasceu na França da segunda metade dos Setecentos, se formou na *École Polytechnique* e foi membro do Instituto de França, da Academia de Ciências deste mesmo país, da Sociedade de Engenheiros Cívicos da Grã-Bretanha, da Academia Real de Ciências de Estocolmo e da Sociedade das Artes de Genebra⁶. Ele é considerado pelos especialistas como um dos precursores da “educação industrial”⁷. O acadêmico também se dedicou às letras. Além de escrever livros “técnicos”, ele canalizou boa parte de seus esforços intelectuais para entender a educação como processo “civilizatório”. O envolvimento de Charles Dupin com o universo do saber institucionalizado também permitiu que ele fosse um renomado professor de mecânica do *Conservatoire de Arts et Métiers*⁸. Originalmente, este estabelecimento parisiense

fora criado, após a Revolução Francesa, para ser depósito público de máquinas, desenhos e livros sobre artes e ofícios. Depois dos anos de 1820, com a notável atuação de Charles Dupin, o ensino das artes mecânicas ganhou visibilidade naquele espaço público. Por todo seu destaque social no campo do conhecimento, a mercê do baronato lhe foi concedida em 1824⁹.

Em uma sessão de abertura do *Cours Normal* do *Conservatoire de Arts et Métiers*, ocorrida aos 29 de novembro de 1826, Charles Dupin discorreu pormenorizadamente sobre a política pedagógica que defendia. Ele acreditava que a prosperidade da França era diretamente proporcional a mais ampla instrução de seus trabalhadores. Neste sentido, para que houvesse “avanços” sociais e econômicos, o Estado deveria fomentar o ensino popular da aritmética, da geometria e da mecânica aplicada às “artes úteis”. Para facilitar o aprendizado destas disciplinas, Charles Dupin também indicava a necessidade de aulas de leitura e escrita. Com estas lições básicas, continua o autor, uma massa de operários e artífices incrementaria sua capacidade intelectual e sua precisão nos serviços¹⁰. Para destacar a importância de se articular “teoria” e “prática” para a formação dos artistas mecânicos, Charles Dupin apoiava-se nos princípios diderotianos que combatiam o monopólio corporativo. Para o autor iluminista, somente através daquele consórcio, fruto do fim dos privilégios artesanais da aprendizagem, é que arte e artista ganhariam maior “utilidade” social¹¹.

As visitas de estudos que Charles Dupin fez às Ilhas Britânicas, entre os anos de 1816 e 1824, também colaboraram bastante para que ele fortalecesse tais idéias pedagógicas contra as corporações. Na Inglaterra, desde o século XVIII, a economia política prescrevia a necessidade de uma instrução mínima para o conjunto dos trabalhadores¹². Ao escrever sobre a riqueza das nações, Adam Smith combateu o privilégio dos mestres como um entrave ao desenvolvimento sócio-econômico do capital e do trabalho. Em sua perspectiva, os demorados processos de aprendizagem das oficinas e o monopólio do conhecimento artesanal deveriam ser anulados e a sociedade deveria substituir as rotinas corporativas por uma instrução mais geral e circunscrita às exigências da labuta diária. Ler, escrever, contar e conhecer alguns princípios da geometria e da mecânica era a educação suficiente para os operários. Esta base de conhecimentos também seria uma eficiente forma de minorar o “embrutecimento” dos trabalhadores, uma espécie de “efeito-colateral” da divisão social do trabalho¹³.

Ocupado com estas idéias, Charles Dupin criou seu “sistema” para ensinar aos artífices e operários a “teoria” necessária para complementar à “prática” de seus ofícios.

Iniciativa de cunho escolarizante, esse “sistema” foi um recurso didático para que as regras das artes mecânicas pudessem ser metodicamente disponibilizadas aos trabalhadores mais comuns. Seu objetivo maior era que tais sujeitos menos especializados pudessem executar suas atividades manuais com alguma autonomia. Em outras palavras, sem o tradicional domínio monopolista dos mestres de ofício nos processos de aprendizagem. Mais uma vez, o pensamento do lente do *Conservatoire de Arts et Métiers* foi tributário das idéias de Denis Diderot. Na *Encyclopédie*, o filósofo ilustrado afirma que todo método deveria expor os “progressos” das artes mecânicas “de uma maneira mais instrutiva e mais clara”¹⁴. Ao explicar paulatinamente os “passos sucessivos da arte”, ele deveria facilitar “a inteligência aos espíritos mais ordinários”¹⁵. Desta forma, em sua generalidade, os artífices seriam devidamente colocados “no caminho que teriam de seguir para mui aproximar-se da perfeição”¹⁶.

Analisando as obras de Charles Dupin por esta ótica, observamos que seu “sistema” é mais bem representado pela *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts*. Publicada nos anos de 1825 e 1826, ela se divide em três tomos. De forma sucessiva e processual, como queria Diderot, cada um deles apresenta e ensina às “classes laboriosas” o conjunto das leis físicas e naturais que possibilitariam superar a aprendizagem adquirida somente pelo tirocínio artesanal¹⁷. O primeiro volume do “sistema” apresenta alguns dos mais relevantes princípios teóricos da geometria. Seu escopo era propiciar aos artistas mecânicos o conhecimento das superfícies existentes. Contidas no segundo volume, as teorias mecânicas demonstram tanto as vantagens técnicas de se usar o sistema métrico decimal, quanto a necessidade de aprender as primeiras leis do movimento. Entre elas, as forças paralelas, os centros de gravidade, as noções de estática e as relações entre plano inclinado e equilíbrio. A última parte, dedicada às forças motrizes, tem por objetivo indicar o melhor modo de utilizá-las na indústria¹⁸.

Devo destacar que a ambição da obra *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts* não foi somente conduzir os artífices e operários nos caminhos do “Progresso”. De forma complementar, ela também pretendia guiá-los nas searas da “Civilização”. No *Effets de L’Enseignement Populaire*, Charles Dupin afirma que a melhoria da capacidade intelectual dos trabalhadores colaborava diretamente com a construção de seu senso de dignidade. Segundo o autor, este elemento era crucial para a ordem social¹⁹. Por conta disto, a política pedagógica adotada pelo professor de mecânica do *Conservatoire de Arts et Métiers* esteve absolutamente comprometida com

o projeto educacional francês da primeira metade dos oitocentos. Elaborado por Condorcet em finais dos Setecentos e dividido em vários níveis de escolaridade, o Plano de Instrução Nacional teve como principal propósito “assegurar um bem-estar coletivo que só poderia ser obtido mediante o desenvolvimento dos potenciais individuais”²⁰. Nas hierarquias do conhecimento escolar, o “sistema do Barão Dupin” se alinhou aos propósitos do ensino básico. Eles primavam pelo aperfeiçoamento “técnico” do trabalhador e sua “moralizada” conduta pública²¹.

Cruzando estas metas mais gerais do ensino básico com o que foi dito sobre Charles Dupin, chegamos a duas conclusões correspondentes. A primeira delas é que o *Conservatoire de Arts et Métiers* foi uma escola onde as “classes laboriosas” deveriam “lapidar” suas capacidades de acordo com os interesses do Estado francês. Segundo Antonio Santoni Rugiu, tais interesses foram ditados pela necessidade da “instrução acelerada”, que fazia com que “os tempos da formação cultural-profissional” dos indivíduos fossem “medidos segundo as exigências da coletividade, e não segundo a vantagem dos velhos naipes corporativos”²². Em tese, seriam varridos das escolas como o *Conservatoire de Arts et Métiers* os valores “adquiridos ou desenvolvidos predominantemente pelo longo caminho do tirocinio artesão”²³. Por conseguinte, a outra inferência é que a montagem do “sistema do Barão Ch. Dupin” colaborou com a “proletarização” dos artífices. O desenvolvimento de metodologias escolares na aprendizagem de ofícios dialogou profundamente com a emergência do livre-mercado e com o fortalecimento das relações capitalistas²⁴.

Os significados sociais da adoção do “sistema do Barão Ch. Dupin” pela Sociedade das Artes Mecânicas

Conhecido o “sistema do Barão Ch. Dupin”, seus objetivos e as concepções de seu autor, entendamos os motivos da escolha feita pela mutualista recifense. Tecnicamente, a obra *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts* foi um excelente instrumental didático para que os mestres carpinteiros e pedreiros da associação melhor planejassem, construíssem e reparassem estruturas urbanas. Ao ensinar conceitos relativos aos tipos de superfícies e às forças dinâmicas, os três tomos auxiliariam os sócios a bem exercerem seus ofícios e a legitimarem sua “inteligência” nas artes mecânicas. Com a adoção do “sistema” de Charles Dupin pela mutualista, seus membros ratificavam o propósito de que pretendiam “evoluir” em suas técnicas de

trabalho e melhorar a qualidade de seus serviços. Tal estratégia era fundamental para que os sócios tivessem oportunidades para competir com a mão-de-obra estrangeira pelo mercado de edificações.

No relatório produzido pela Câmara Municipal do Recife em 1843, observamos que a Sociedade das Artes Mecânicas também procurou extrair das potencialidades técnicas da metodologia francesa alguns dividendos políticos. Segundo os vereadores, a mutualista vinha ganhando visibilidade pública justamente porque havia implementado uma “aula de mecânica aplicada às artes e ofícios”²⁵. Satisfeita com esta atitude pedagógica, a municipalidade sublinhou que os sócios estavam conscientes de que a “perfeição” de seus serviços era proporcional ao estudo de “regras que participam da teoria”²⁶. Como desdobramento desta iniciativa modelar, os vereadores ainda elogiaram o fato de o grupo de artífices estar convencido de que seus membros somente abandonariam a “infância” das artes mecânicas quando deixassem de exercê-las “por um mecanismo de tradição ou rotinas de nossas oficinas”²⁷. Podemos concluir que a associação utilizou o “sistema” de Charles Dupin como um meio para que os “de cima” da pirâmide social reconhecessem que seus artífices trilhavam os caminhos do “Progresso”. Prova do sucesso desta estratégia foi a aprovação da Lei 130 aos 2 de maio de 1844, cujo Artigo 25 concedia à mutualista a verba anual de 500\$000rs²⁸.

Observando os princípios filosófico-pedagógicos que nortearam as publicações de Charles Dupin, outro debate muito importante motivou os sócios a adotarem a obra *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts*. Os três tomos traziam em suas entrelinhas a defesa de que a dignidade social dos artífices passava pela instrução. Sendo assim, as aulas noturnas de geometria e desenho da Sociedade das Artes Mecânicas poderiam colaborar diretamente com o reconhecimento dos talentos e virtudes de seus membros. Esta apropriação das perspectivas ideológicas do nobre francês se confirma quando estudamos um requerimento de 1845. Enviado pela mutualista aos deputados provinciais, o documento sublinhava a relevância pública daqueles estudos como motivo da subvenção anual. Os sócios pediam a verba à Assembléia Legislativa de Pernambuco porque sabiam que “a opulência e a civilização dos Artistas” era vetada àqueles trabalhadores que “apenas têm podido ser menos que práticos”²⁹. Por esta razão, os 500\$000rs eram fundamentais para que a associação continuasse abrindo “os olhos de seus membros aos grandes princípios da ciência”³⁰.

Junto das vantagens analisadas, também parece paradoxal o uso do “sistema de Ch. Dupin” pela Sociedade das Artes Mecânicas. A obra *Géométrie et Mécanique des*

Arts et Métiers et des Beaux-Arts pretendeu combater as práticas corporativas que ainda sobreviviam na Europa. Como vimos, a metodologia aplicada às “artes úteis” surgiu para subalternizar os mestres de ofício, enfraquecer definitivamente a velha autonomia das oficinas e disciplinar a aprendizagem dos ofícios mecânicos através da escolarização controlada pelo Estado. Neste sentido, além de vantagens, os princípios ideológicos do “sistema do Barão Ch. Dupin” também combatiam os projetos mais autonomistas do grupo de artífices. Contudo, as conjunturas pernambucanas (e brasileiras) eram diferentes das francesas, por exemplo.

Os poderes locais pouco estimularam a instrução pública pernambucana na primeira metade do século XIX. Além disto, as insipientes escolas primárias da Província tiveram critérios seletivos excludentes e estiveram desvinculadas do ensino dos ofícios mecânicos³¹. No período em quadro, somente duas decisões isoladas do governo provincial pretenderam fomentar o aprendizado das “artes úteis”. Em 1839, no processo de “melhoramentos materiais” promovidos pelo Barão da Boa Vista, a Companhia de Operários Alemães previa o treinamento dos trabalhadores nacionais. Aprovada 1848, no calor das disputas políticas entre praieiros e conservadores, a Lei de número 222 determinava a criação da Escola Industrial, que seria um estabelecimento dedicado ao ensino de profissões³². Sobre o contrato com os alemães, sabemos que a cláusula sobre o aprendizado de ofícios foi cumprida de forma bastante insatisfatória. Por sua vez, a Lei de número 222 ficou apenas no papel.

Junto das malsucedidas iniciativas do governo provincial, outros agentes também tentaram, sem grandes resultados, “moralizar” a mão-de-obra livre na primeira metade do século XIX. Três deles merecem destaque. A Associação Comercial de Pernambuco, composta basicamente por comerciantes de grosso trato, pretendeu aproveitar a “modernização” do porto do Recife para desenvolver ofícios³³. O Colégio de Órfãos de Olinda, instalado aos 16 de fevereiro de 1835, propunha recolher, proteger e instruir os meninos desamparados³⁴. Em 1846 e 1847, ou seja, pouco mais de uma década após sua inauguração, o estabelecimento encontrava obstáculos para ensinar profissões³⁵. Além da falta de lentes, existia desinteresse dos mestres em instalar oficinas em suas dependências³⁶. Por fim, criado em 1811, o Trem Militar era outro espaço para a aprendizagem das artes mecânicas³⁷. Mesmo depois do decreto de 21 de fevereiro de 1832, quando o Trem Militar se transformou no Arsenal de Guerra de Pernambuco, e da nova regulamentação da Companhia de Menores Aprendizes, de

1842, a situação permaneceu pouco favorável ao treinamento mais regular de trabalhadores³⁸.

Parece evidente que as políticas e iniciativas que foram idealizadas pelos “de cima” da pirâmide social tiveram pequeno ou nenhum alcance político-pedagógico em Pernambuco da primeira metade dos Oitocentos. Dentre as medidas estatais ou as que foram promovidas por membros da “boa sociedade”, destaco que todas foram direcionadas exclusivamente para o aperfeiçoamento de menores aprendizes (nada que atingisse, por exemplo, os mestres da associação fundada por mestres de obras de pele escura). Pode-se afirmar que, após a outorga da Carta de 1824, inexisteram ações mais significativas dos governos central e local para estimular o aprendizado mais específico dos ofícios mecânicos na Província de Pernambuco. Diferente do caso francês, que contou com o *Conservatoire de Arts et Métiers* de Paris, no Recife houve um profundo hiato na “substituição” do tirocínio artesanal por estabelecimentos públicos especialmente voltados para o ensino industrial.

De certo modo, as conjunturas recifenses ajudaram os sócios a minimizar os possíveis paradoxos do uso do “sistema” de Charles Dupin. Afinal, o Estado, em seus variados níveis de representação, não assumiu convenientemente a escolarização dos artistas mecânicos e daqueles que pretendiam exercer alguma profissão mais ou menos especializada. Por causa disto, pode-se atribuir novos sentidos à aprovação da Lei de número 130, sancionada em 2 de maio de 1844. Como vimos, a referida norma regulou a concessão de um privilégio pecuniário para a Sociedade das Artes Mecânicas. Apesar de todos os conflitos por causa do pagamento irregular da subvenção, a citada norma foi uma forma bastante sutil de o governo pernambucano delegar à particulares parte de suas prerrogativas no campo da instrução dos artífices. Como o “sistema do Barão Ch. Dupin” trazia em seu bojo diretrizes de ordem, morigeração e disciplina, nada impedia que os poderes provinciais apostassem em uma iniciativa que além de “moralizadora”, poucos gastos daria aos cofres públicos.

Ao mesmo tempo em que a proteção à mutualista parecia importante às elites letradas e proprietárias, por conta dos significados do “sistema do Barão Ch. Dupin”, a mercê governamental também chancelava a luta de alguns sócios para resignificar seus velhos privilégios. Conquistando o aval das autoridades públicas e sofrendo a concorrência de frágeis estabelecimentos “escolares”, os membros da associação tiveram a oportunidade de transformar o Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar em uma referência no ensino das ciências aplicadas às artes mecânicas. Desta

forma, se a Irmandade daquele tradicional orago havia conseguido controlar a “prática” de alguns ofícios antes da Carta de 1824, a Sociedade das Artes Mecânicas, sob bases absolutamente “modernas”, poderia construir a possibilidade de se oficializar no ensino da “teoria”. Se tivessem sucesso neste vantajoso intento, seus mestres, como no passado corporativo, poderiam continuar a dominar o mercado de mão-de-obra especializada. Com este predomínio, fruto de uma forte economia de favores, eles continuariam dizendo onde, quando e quem poderia trabalhar nas obras da cidade do Recife.

Fluxos e Refluxos: a mutualista e o controle escolar do ensino das artes mecânicas

No alvorecer da década de 1850, contudo, a Lei de número 222 de 1848 retornou à pauta da política provincial com algumas reorientações. Os debates sobre a efetiva implementação da Escola Industrial voltaram a ameaçar o projeto monopolista da rebatizada Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais. Vale destacar que, ao completar dez anos, em 21 de outubro de 1851, a associação promoveu algumas reformas institucionais. Apesar de manter suas propostas mutualistas mais originais, o grupo de artífices introduziu duas novidades ao seu Estatuto. A primeira delas foi abrir as matrículas para todos os artistas mecânicos que pudessem preencher suas exigências, independentemente de sua especialidade. Por sua vez, também poderiam se inscrever na associação aqueles que exercessem as artes liberais³⁹. Ao assumir este novo perfil e denominação, a associação expunha dois desejos. O primeiro, de ampliar seu campo de influência no Recife. O outro, de confirmar os talentos e virtudes de seus sócios através da convivência com indivíduos melhor qualificados da vida pernambucana

No campo das idéias, a nova tentativa governamental de tirar do papel a Escola Industrial iria de encontro a quaisquer possibilidades de oficialização das aulas noturnas que eram oferecidas pelos mestres da rebatizada Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais. Além de aquela instituição pública pretender ser a maior referência do ensino das artes mecânicas pernambucanas, também queria formar mestres “proletarizados”. Na abertura do ano legislativo de 1852, os políticos provinciais deixaram muito claro qual seria o novo papel da mutualista nas demandas por “aperfeiçoamento” da mão-de-obra artesanal. A autoridade maior do Poder Executivo definiu que os sócios deveriam apenas garantir a “transição” dos destinos de Pernambuco em direção ao “Progresso”:

“A associação dos artistas, que recebe dos cofres provinciais o socorro anual de 700\$000rs, vai tendo alguma animação e aproveita alguns homens estudiosos e aplicados que dela recebem meios de instruir-se: se a beneficência pública vier em seu auxílio, muito útil pode ser ela às artes que se cultivam no país, e com abundância de recursos poder-se-ão marcar prêmios aos oficiais sob certas condições de progresso, aos que derem certo número de discípulos distintos, aos que converterem em hábeis artífices homens entregues ora à ociosidade e finalmente aos que habituando o povo ao trabalho e moralizando as classes industriosas, contribuem tão poderosamente para o crescimento da riqueza e da prosperidade geral. Tomando a associação esse desenvolvimento, e progredindo alguns ramos da indústria na Província, convirá então criar-se a Escola Industrial decretada pela lei provincial n. 222 e para a qual tem sido marcada a consignação anual de 2:000\$000rs”⁴⁰.

Nesta conjuntura, fica nítido que o Presidente da Província pensava na Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais como uma experiência política, social e econômica. Ou seja, a mutualista era encarada como um meio para que Pernambuco atingisse um fim maior. Os resultados das atividades implementadas pelos sócios seriam uma espécie de “termômetro” para que o Estado tomasse quaisquer providências mais definitivas no campo da instrução dos artistas mecânicos. Segundo o extrato do relatório que reproduzi, percebe-se que os governantes locais somente montariam a Escola Industrial caso Pernambuco “evoluisse” materialmente e a associação de artífices recifense demonstrasse que a “moralização” das “classes industriosas” era algo possível. Com algumas diferenças estratégicas em relação ao ano de 1844, a política governamental no início da década de 1850 corrobora o que afirmei anteriormente. Com baixo custo para os cofres públicos, as elites letradas e proprietárias continuaram delegando aos sócios parte de suas atribuições quanto ao ensino industrial.

No transcorrer da década de 1850, contudo, o grupo de artífices encontrou alguns aliados de peso para tentar reverter esta pretensa sujeição ao “devir histórico”⁴¹. Especialmente em 1857, o Diretor Geral da Instrução Pública procurou motivar uma mudança de rumo no projeto provincial de ensino das artes e ofícios. Em relatório ao Presidente da Província, Joaquim Pires Machado Portella comunicou sua inquietação com o papel que estava sendo atribuído à associação. Se as nações mais “modernas” do mundo têm “procurado desenvolver e enobrecer a indústria artística”, por que a Província não vinha se esforçando convenientemente “por fazer aperfeiçoar as artes mecânicas favorecendo e animando a Associação dos Artistas?”⁴². Criticando a pequena

verba que os associados recebiam anualmente do governo pernambucano, o Diretor Geral da Instrução Pública dizia ser “preciso não deixar esmorecer, e talvez morrer, essa associação”⁴³. Para que este objetivo fosse alcançado, ele sugeria uma espécie de consórcio. Joaquim Pires Machado Portella entendia que “o meio mais profícuo” para a continuidade da associação talvez fosse a definitiva montagem da Escola Industrial no Recife⁴⁴.

Para sabermos até que ponto o intento do Diretor Geral da Instrução Pública foi eficiente, é necessário consultar mais atentamente os orçamentos provinciais. Desde o ano em que a Lei de número 222 foi aprovada até o exercício de 1852, o erário realmente previra o empenho anual de 2:000\$000rs para a manutenção das atividades letivas da Escola Industrial⁴⁵. Como os políticos pernambucanos deixaram de priorizar sua organização, o estabelecimento de ensino ficou sem verbas nas despesas orçamentárias dos anos seguintes. Não por acaso, em 1857 esta verba retornou mais uma vez às previsões de gastos da Província. Neste ano, porém, seriam destinados 6:000\$000rs para que os cursos artesanais se efetivassem e prestassem bons serviços artísticos aos provincianos. Contudo, a partir deste ano financeiro, as subvenções da Escola Industrial perderam sua autonomia na planilha de gastos públicos. O estabelecimento passou a estar subordinado à rubrica da “Associação Artística”. Junto deste empenho, a mutualista também continuaria recebendo seu antigo auxílio. Em 1857, seu valor estava definido em 1:500\$000rs⁴⁶.

A partir destes dados, fica evidente que Joaquim Pires Machado Portella conseguiu impor sua perspectiva político-pedagógica. Ele derrotou a antiga forma de o governo pernambucano encarar a relação entre Escola Industrial e associação. De meros instrumentos de “passagem” para a “Civilização”, os sócios se tornaram mantenedores do estabelecimento de ensino que representava a própria “modernização”. Esta nova diretriz, que estabelecia um consórcio entre ambas as entidades, tinha força suficiente para reacender os desejos monopolistas dos associados. Afinal, eles também se credenciavam como agentes diretos da Instrução Pública de Pernambuco. Por mais que o Estado ficasse responsável pelas políticas de aprendizagem da Escola Industrial, o grupo de artífices estaria participando ativamente deste processo. Ou seja, mesmo que sua autonomia fosse limitada por normas governamentais, seus membros estariam ocupando espaços públicos de destaque e experimentando relativo comando no universo da aprendizagem artesanal.

Apesar de ouvida, a voz do Diretor da Instrução Pública não ecoou o suficiente na curta duração. Mais uma vez a Lei de número 222 deixou de ser executada e o novo empenho orçamentário da Escola Industrial foi programado somente até 1859⁴⁷. Para a mutualista, esta derrota foi bastante negativa. Era de suma importância que aquele estabelecimento público fosse montado sob sua batuta. Os sócios precisavam fazer parte do *establishment* do ensino das “artes úteis”, pois as pressões do governo central contra as sobrevivências corporativas ganhavam força na década de 1850. Os olhares sobre o treinamento da mão-de-obra livre e pobre começavam a se diferenciar daqueles que foram registrados em décadas anteriores. Depois do fim do tráfico atlântico, em 1850, e da Exposição Universal de Londres, em 1851, o Gabinete da Conciliação buscou implementar algumas medidas mais gerais que proporcionassem ao país “melhoramentos materiais, intelectuais [e] morais”⁴⁸. Na oportunidade, reformas que se pretendiam de grande alcance social foram planejadas pelo governo imperial. Entre as que interessavam mais diretamente ao grupo de artífices, temos a reorganização da instrução pública e a montagem de um plano de obras públicas⁴⁹.

Apesar dos revezes conjunturais, a mutualista encontrou alternativas para seus projetos políticos. Para acompanhar as demandas imperiais que pretendiam formar trabalhadores “moralizados” e os fluxos e refluxos da Escola Industrial, os sócios trataram de ampliar o espectro de suas aulas noturnas. Nos anos de 1850, mais três disciplinas foram oferecidas nas dependências da Igreja de São José do Ribamar. A primeira delas foi arquitetura. Sem que conseguisse precisar o ano de sua abertura, o mestre de marceneiro Francisco Manoel Beranger, pernambucano, sócio desde 1849, foi o lente contratado pela entidade artística⁵⁰. Além desta aula, o perito dos trabalhos em madeira também seguia ministrando as de desenho linear e geometria aplicada às artes⁵¹. Recordemos que estas foram as mesmas lições que outrora tiveram como titular Joaquim José de Carvalho Siqueira Varejão. Vale destacar que a criação da aula de arquitetura, junto da maior projeção política da mutualista no Recife, exigiu mais espaços físicos e simbólicos no Templo dedicado ao Santo Patriarca. Neste sentido, no dia 9 de setembro de 1852, os sócios reeditaram um requerimento que foi enviado aos vogais da confraria⁵².

No documento, a Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais afirmou que queria gozar de maiores privilégios na Igreja de São José do Ribamar. A Mesa Diretora pediu autorização aos vogais da confraria homônima para “fazer seu trânsito [livremente] pelo corredor do lado Evangélico”⁵³. Para tanto, prometeram instalar na respectiva porta que

dava para a rua as “precisas ferragens”⁵⁴. Concomitantemente, no “mesmo corredor da parte alta”, a entidade artística pretendia “estabelecer uma de suas aulas”, pois “incompatíveis são seus trabalhos em uma mesma sala, qual é a do consistório em que atualmente exerce todas as funções”⁵⁵. Do ponto-de-vista das conveniências cotidianas, o pedido da mutualista também objetivava evitar que os eventuais fechamentos do Templo interrompessem a regularidade dos estudos conceituais aplicados às artes mecânicas, o que poderia proporcionar “aos escolares imensos prejuízos” materiais e intelectuais⁵⁶. Contudo, mais do que somente contemplar demandas educacionais, a nova mercê permitiria que os sócios conquistassem total independência para circular no edifício religioso, sem vigilâncias ou prévias autorizações⁵⁷.

Aprovado o pedido com alguma dificuldade e por conta da ampliação dos espaços físicos e simbólicos usufruídos na Igreja de São José do Ribamar, a mutualista criou sua quarta aula noturna em 1854. A instrução primária esteve “sob a direção de um de seus membros para isto habilitado”⁵⁸. O objetivo do *ABC* era permitir que os sócios analfabetos e semi-alfabetizados melhor aproveitassem as lições “técnicas” que eram oferecidas no edifício religioso⁵⁹. Por fim, em 1856 foi iniciado o curso de francês, de provável caráter “instrumental”. Ou seja, tinha o intuito de, primordialmente, facilitar o acesso às publicações de Charles Dupin. As lições de francês estiveram voltadas para os associados que eram letrados⁶⁰. Como justificativa para sua montagem, foi lembrado também “o grande número de livros que tem a Sociedade nesta língua”⁶¹.

A idéia de se oferecer o idioma estrangeiro na sede da associação parece ter sido a adaptação de outro projeto. Aos 23 de março de 1854, os sócios pediram à Assembléia Legislativa de Pernambuco o aumento das cotas anuais. O dinheiro extra seria utilizado para bancar as novas aulas de primeiras letras e viabilizar a continuidade da “tradução e impressão da obra de geometria [escrita] pelo Barão Charles Dupin”⁶². Por falta de recursos, o grupo de artífices afirmou aos deputados provinciais que somente havia conseguido traduzir e imprimir três lições⁶³. Lamentando o fato, a mutualista entendia que o “sistema” era o método mais adequado “para o estudo dos Artistas, pela imediata aplicação de suas regras e preceitos às diferentes artes e ofícios”⁶⁴. Depois deste pedido às autoridades, a associação conseguiu que a subvenção passasse imediatamente de 700\$000rs para 1:500\$000rs. Contudo, apesar de os sócios atingirem seus objetivos pecuniários, aquele processo editorial cessou. As fontes não permitem dizer se o aumento foi insatisfatório. Provavelmente, a aula de francês deve ter sido uma alternativa mais econômica para a associação.

A partir de 1852, contudo, vale destacar que a mutualista criou uma nova diretriz docente. Seus próprios mestres de pele escura passaram a assumir a titularidade de algumas das aulas noturnas que eram ministradas no Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar. No processo de substituição dos lentes que tinham formação escolar européia por peritos “práticos” que aprenderam a “teoria”, a cadeira de arquitetura foi assumida por Francisco José Gomes de Santa Rosa e a de geometria por José Vicente Ferreira Barros Junior⁶⁵. Do ponto-de-vista simbólico, esta nova política da mutualista foi uma medida que caminhava no sentido de relativizar os estigmas da escravidão e do “defeito mecânico” que perseguiram os sócios, buscar o reconhecimento de seus talentos e virtudes e adaptar o monopólio corporativo aos ditames “modernos”.

Para ambos os mestres de ofício da mutualista, os caminhos da docência exigiam habilitação certificada. Antes de tomarem posse das novas funções, eles passaram pelos exames de arquitetura da entidade artística. Em 1851, durante os eventos de comemoração do décimo aniversário do grupo, eles foram aprovados plenamente pelos respectivos avaliadores⁶⁶. Para Francisco José Gomes de Santa Rosa, este processo apenas ratificou sua mestrança sob bases “modernas” e escolarizantes. Ao se matricular em 1844, ele já era mestre pedreiro e irmão de São José do Ribamar. Para José Vicente Ferreira Barros Junior, o diploma significou mobilidade ascendente nas artes mecânicas. Ao se matricular em 1847, o filho mais velho do idealizador da associação recifense era oficial de carpintaria. Ao se habilitar em arquitetura, ele finalmente legitimava publicamente sua capacidade de fazer “obras de seu plano”. Ou seja, projetar estruturas. Não por acaso, na década de 1850, encontramos registros de sua vida na Irmandade de São José do Ribamar⁶⁷.

As fontes disponíveis ainda indicam que José Vicente Ferreira Barros Junior trilhou outras vias para complementar sua instrução. Em finais da década de 1840, encontramos o artífice matriculado nas aulas secundárias do Liceu Provincial. Ele conseguiu a mercê de frequentar suas lições de gramática e língua latina⁶⁸. Para aprender estas disciplinas voltadas para a “boa sociedade”, o filho mais velho de José Vicente Ferreira Barros devia conhecer as primeiras letras. Segundo Adriana Maria Paulo da Silva, apesar da precariedade da instrução pública, as fontes indicam que alguns meninos de cor, livres e libertos, frequentavam o ensino básico pernambucano na primeira metade dos Oitocentos. Eles eram oriundos de famílias nucleares chefiadas por homens. Nos poucos mapas disponíveis para análises, tais menores sempre foram registrados com suas famílias declaradas. Por causa desta regularidade, a autora

concluiu que os pretos e pardos alcançavam o *ABC* na medida em que estivessem em núcleos familiares organizados⁶⁹.

Aliando sua escolaridade, sua experiência docente em geometria e a economia de favores construída na entidade artística, José Vicente Ferreira Barros Junior também se tornou professor vitalício da Instrução Pública de Pernambuco. Ele iniciou esta carreira aos 29 de abril de 1854. O então mestre carpinteiro da associação havia sido aprovado no concurso que o habilitou para assumir a cadeira de Nossa Senhora do Ó. Esta localidade estava em Olinda, que começava a perder seu prestígio secular e ser considerada parte integrante dos arredores do Recife. Instalado naquele posto, o membro da associação trabalhou regularmente no transcorrer de toda a década. As fontes indicam que o lente foi extremamente dedicado à docência pública. Nos anos de 1850, ele somente gozou duas licenças de 30 dias: a primeira em maio de 1855; a outra em outubro de 1857⁷⁰. O próprio fato de José Vicente Ferreira Barros Junior ter conquistado um cargo público indica que o filho mais velho do idealizador do grupo de artífices teve sua cidadania reconhecida⁷¹.

Considerações finais

De tudo o que foi observado e analisado neste artigo, concluímos que, desde o período de sua montagem, a mutualista de artesãos recifenses procurou (re)construir a distinção cotidiana de seus membros. Sob bases mais “modernas”, a argamassa do prestígio social foi sendo elaborada a partir da mistura da cal da inteligência com a areia da instrução. Valores como a melhoria do *status* dos artistas mecânicos (através do reconhecimento político de sua cidadania e do aperfeiçoamento industrial de sua mão-de-obra) estiveram presentes neste processo. A luta da associação pelo saber, contudo, não deverá ser entendida como algo ensimesmado. As batalhas pela sobrevivência cotidiana de seus artífices foram a principal motivação para tamanho esforço institucional. A busca de legitimidade pública destes trabalhadores deveria se converter em serviços, melhores jornais e mais dignas condições de vida. Entretanto, parece evidente que existiram muitos obstáculos e tropeços para que os mestres de pele escura conseguissem converter a perda dos privilégios corporativos em controle oficial da escolarização dos ofícios.

Nas décadas de 1840 e 1850, por mais que as aulas do Consistório Leste da Igreja de São José do Ribamar continuassem circunscritas à esfera privada, o Estado

continuou omissa em sua “missão” de “moralizar” a mão-de-obra livre e pobre. Neste sentido, os fluxos e refluxos da história social de Pernambuco mantiveram a instrução para o trabalho em mesmos patamares durante toda a primeira metade do Oitocentos. Sem dúvida, tal conjuntura favoreceu o fortalecimento das atividades docentes da associação (através do uso do “sistema do Barão Ch. Dupin”), por mais que seu objetivo de reinvenção do monopólio artesanal, via escolarização, tenha sido mal-sucedido. Apesar deste insucesso, não é possível afirmar que o grupo de artífices tenha sido absolutamente derrotado em suas políticas institucionais e pedagógicas. Ao contrário. Artífices como José Vicente Ferreira Barros Junior conseguiram romper barreiras sociais através da instrução, muitos outros trabalhadores assistiram aulas de apoio à prática de seus ofícios (o que agregou valor simbólico à mão-de-obra especializada) e subvenções anuais foram concedidas à associação. Portanto, é simplista qualquer análise polar quando enfrentamos a temática que motivou esse artigo.

¹ A problemática até aqui apresentadas são esmiuçadas em minha tese de doutorado. MAC CORD, Marcelo. *Andaimes, Casacas, Tijolos e Livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880*. 2009. (Doutorado em História Social) – Universidade Estadual de Campinas, 2009.

² PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos: 1834-1850*. v. X. 2ª ed. Recife: FUNDARPE, 1985, p. 249. Biblioteca Pública de Pernambuco (doravante BPPE), Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes, mantenedora do Lyceu de Artes e Officios, no dia da celebração do 50º aniversário da sua instalação pelo director da mesma sociedade*. Recife: Typographia d’A Província, 1891, p. 7. *Revista do Lyceu de Artes e Officios*, (1928), Recife, p. 5.

³ MENEZES, José Luiz Mota. “A presença de negros e pardos na arte pernambucana”. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, (2005), n. 61, p. 321. PEREIRA DA COSTA, F. A. *Anais Pernambucanos*, p. 249.

⁴ MENEZES, José Luiz Mota Menezes. Op. cit., p. 321.

⁵ Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco (doravante ALEPE), Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 02/1844, “Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16/12/1843”.

⁶ Bibliothèque Nationale de France (doravante BNF), Gallica, DUPIN, Charles. *Applications de Géométrie et de Mécanique, aux ponts et chaussées etc.* Paris: Bachelier Libraire, 1822. <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110325x>>. Acessado em 24/7/2007.

⁷ SANTOS, Felipe Manoel Simões dos Santos. *A Organização e Gestão das Universidades: aplicação ao ensino superior público português*. 1996. (Mestrado em Gestão e Estratégia Industrial) – Universidade Técnica de Lisboa, 1996, p. 33.

⁸ BNF, Gallica, DUPIN, Charles. Op. cit.

⁹ PERRIN, Fernand. “Le Conservatoire des Arts et Métiers et sa transformation en un véritable enseignement technique sous l’impulsion de Charles Dupin”. *Bulletin de L’Académie François Bourdon*, (2001), n. 2. <http://www.afbourdon.com/Telechargement/Detail_Bulletins/Bulletin_2/PAGE20.pdf>. Acessado em 14/7/2007.

¹⁰ BNF, Gallica, DUPIN, Charles. *Effects de L’Enseignement Populaire de La Lecture, de L’Écriture, de L’Arithmétique, de La Géométrie et La Mécanique, appliquées aux arts, sur les prospérités de La France, discours prononcé dans la séance d’ouverture du Cours normal de Géométrie et de Mécanique appliquées, le 29 novembre 1826, au Conservatoire de Arts et Métier*. Paris: Bachelier Libraire, 1826. <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k110299j>>. Acessado em 24/7/2007. Na Europa, por exemplo, estas idéias atravessaram os Pirineus e chegaram a Portugal. A Sociedade Promotora da Indústria Nacional utilizou os fundamentos do nobre francês em seu ensino artístico. Estas aulas foram iniciadas aos 7 de

dezembro de 1836 e tinham por objetivo a pública prosperidade. MARTINHO, Antônio Manoel Matoso. “A criação do ensino industrial em Portugal”, *Mathesis*, (2006), n. 15, p. 59.

¹¹ Na *Encyclopédia*, no verbete “Arte”, Diderot afirma que não havia bom artesanato sem a correspondente dose de especulação. Por sua vez, a teoria também necessitava de correta aplicação prática. DIDEROT, Denis. *Da Interpretação da Natureza e Outros Escritos*. São Paulo: Iluminuras, 1989, pp. 147-160. Para o enciclopedista, a experiência na oficina era condição para o aprendizado das “artes úteis”. Contudo, os tradicionais saberes práticos eram insuficientes aos artífices. Sem o auxílio dos conceitos, a mente dos trabalhadores se “estreitava”. Mesmo que os artífices estivessem em patamares cognitivos menos privilegiados que os artistas liberais, eles também se utilizavam (e precisavam) do intelecto. PANNABECKER, John R. “Representing Mechanical Arts in Diderot’s *Encyclopedie*”. *Technology and Culture*, (1998), v. 39, n. 1, p. 41.

¹² BRADLEY, Margaret; PERRIN, Fernand. “Charles Dupin’s Visits to the British Isles, 1816-1824”. *Technology and Culture*, (1991), v. 32, n. 1, pp. 47-68.

¹³ LINS, Ana Maria Moura. *A Burguesia sem Disfarce*: a defesa da ignorância versus as lições do capital. 1992. (Doutorado em Educação) – Unicamp, 1992, pp. 142-146. Apesar de o debate existir na Inglaterra Setecentista, os projetos locais de instrução dos trabalhadores foram executados no século XIX. Contudo, a escolarização das classes subalternas acirrou os processos de estratificação social, pois os conhecimentos oferecidos aos mais pobres confirmaram seu desprestigiado lugar na arquitetura da Nação. WRIGLEY, Julia. “The Division between Mental and Manual Labor: artisan education in science in nineteenth-century Britain”. *The American Journal of Sociology*, (1982), v. 88, supplement: Marxist Inquiries: Studies of Labor, Class and States.

¹⁴ Denis Diderot. Op. cit., p. 151.

¹⁵ Idem, ibidem.

¹⁶ Idem, ibidem.

¹⁷ DUPIN, Charles. *Géométrie et Mécanique des Arts et Métiers et des Beaux-Arts: cours normal à l’usage des artistes et des ouvriers, des sous chefs et des chefs d’ateliers et de manufactures*, trois parties. Paris: Bachelier Libraire, 1826. Antes de 1826, o autor publicou obras introdutórias, como: DUPIN, Charles. *Introduction au cours de mécanique appliqué aux arts ouvert près du Conservatoire des Arts et Métiers*. Paris: Bachelier Libraire, 1821. DUPIN, Charles. *Introduction d’un nouveau cours de mécanique appliqué aux arts ouvert près du Conservatoire des Arts et Métiers*. Paris: Bachelier Libraire, 1824.

¹⁸ Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, hemeroteca, “Ciencias Físicas y Naturales: Geometrie et Mecanique des Arts et Metiers et des Beaux Arts”. *Ócios de Espanoles Emigrados*, (1826), t. VI, n. 30, pp. 233-239. <<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/12482087572351512976846>>. Acessado em 25/7/2007.

¹⁹ BNF, Gallica, DUPIN, Charles. *Effets de L’Enseignement Populaire*.

²⁰ BOTO, Carlota. “Na Revolução Francesa, os princípios democráticos da escola pública, laica e gratuita: o relatório de Condorcet”. *Educação e Sociedade*, (2003), v. 24, n. 84, p. 743.

²¹ Idem, p. 745. Ao criar políticas de instrução, o Estado francês consolidou o “lugar social” dos pobres no “mundo do trabalho”. Oficialmente, tal clientela receberia algum capital simbólico (ler, escrever e contar) para que melhor exercesse suas atividades. Duas justificativas foram dadas para legitimar este tipo de política. A primeira delas é que aquele público dispunha de pouco tempo para estudar, pois estava preso a longas jornadas de trabalho. A outra se apoiou na necessidade de ordem pública. Os conteúdos do ensino básico seriam escolhidos e administrados para refrear as paixões da plebe e manter o *status quo*. GOUVÊA, Maria Cristina Soares de; JINZENJI, Mônica Yumi. “Escolarizar para moralizar: disposições sobre a educabilidade da criança pobre (1820-1850)”. *Revista Brasileira de Educação*, (2006), v. 11, n. 31, pp. 124-126.

²² RUGIU, Antonio Santoni. *Nostalgia do Mestre Artesão*. Campinas: Editora Autores Associados, 1998, pp. 130 e 148.

²³ Idem, ibidem.

²⁴ STOTT, Richard. “Artisans and Capitalist Development”. *Journal of the Early Republic*, (1996), v. 16, n. 2, pp. 258-263, 271.

²⁵ ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 02/1844, “Relatório da Câmara do Recife à Assembleia Legislativa, 16/12/1843”.

²⁶ Idem, ibidem.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ BPPE, Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 8-9.

²⁹ ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 118P, maço Organização Social e Civil.

³⁰ Idem, ibidem.

³¹ SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Processos de Construção das Práticas de Escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora da UFPE, 2007. Coleção Teses e Dissertações, n. 5.

³² Fundação Joaquim Nabuco (doravante FUNDAJ), Recife, Setor de Microfilmes, *RELATÓRIO que ao Illmo e Exm Sr Conselheiro Presidente da Província Sergio Teixeira de Macedo apresentou o Director Geral da Instrução Pública Joaquim Pires Machado Portella*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1857.

³³ Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), Recife, Coleção de Livretos Raros, v. 18, *RELATÓRIO da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléa Geral da mesma em 9 de agosto de 1861*. Recife: Typographia do Jornal do Recife, 1861. PINTO, Estevão. *A Associação Comercial de Pernambuco*. Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940, pp. 8-9.

³⁴ MOURA, Vera Lúcia Braga de. *Pequenos Aprendizes: assistência à infância desvalida em Pernambuco no século XIX*. 2003. (Mestrado em História) – UFPE, 2003, p. 152.

³⁵ ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR041, maço 1846, “Relatório do Diretor do Colégio de Órfãos de Olinda à Assembléia Legislativa – 17/8/1846” e Caixa OR042, maço 03/1847, “Relatório do Colégio de Órfãos à Assembléia Legislativa – 2/1/1847”.

³⁶ ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo, Série Ofícios Recebidos, Caixa OR042, maço 1847, “Relatório do Colégio de Órfãos à Assembléia Legislativa – 2/1/1847”.

³⁷ O Trem Militar era um conjunto de “oficinas de porte inferior aos arsenais, onde se consertavam e, eventualmente, se construíram armas e utensílios vários para o exército”. CUNHA, Luiz Antônio. *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*. 2ª ed. São Paulo/Brasília: Editora Unesp/FLACSO, 2005, p. 63.

³⁸ Somente na segunda metade dos Oitocentos é que o Arsenal de Guerra, assim como o de Marinha, organizou melhor suas diversas oficinas e o adestramento dos meninos nas “artes úteis”. MOURA, Vera Lúcia Braga de. Op. cit.

³⁹ “Imperial Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais – Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Manuel do Nascimento Machado Portella, na sessão solene aniversária, em 21 de novembro de 1880 – *Diário de Pernambuco*, 27/11/1880”. In: MELLO, José Antônio Gonsalves de (org.). *Diário de Pernambuco e a História Social do Nordeste (1840-1889)*. v. I. Recife: Diário de Pernambuco, 1975, pp. 329-336. “Resumo Histórico da Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes”, *Revista do Lyceu de Artes e Officios*, (1928), Recife, pp. 5-8. BPPE, Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, pp. 249-253.

⁴⁰ FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes, *RELATÓRIO que à Assembleia Legislativa Provincial de Pernambuco apresentou na abertura da sessão ordinária em o 1 de março de 1852 o Exmo Sr da mesma Província*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1852, p. 35.

⁴¹ Alguns exemplos: Em outubro de 1852, os sócios discutiram a conveniência de “oferecer alguns Diplomas a certas e determinadas pessoas”. Segundo os artífices, com o exercício desta prática, poderia “a Sociedade ganhar mais terreno, e ser-lhe mais favorável conseguir algumas de suas pretensões”. Em 1853, aproximações foram feitas com José Mamede Alves Ferreira, Diretor da Repartição das Obras Públicas, e Januário Alexandrino Rabello Caneca, ex-Diretor Interino do Liceu Provincial – importante estabelecimento público de ensino secundário. Universidade Católica de Pernambuco (doravante UNICAP), Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fls. 1-2. Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 18.

⁴² FUNDAJ, Recife, Setor de Microfilmes, *RELATÓRIO que ao Illmo e Exm Sr Conselheiro Presidente da Província Sergio Teixeira de Macedo apresentou o Director Geral da Instrução Pública Joaquim Pires Machado Portella*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1857, p. 45.

⁴³ Idem, ibidem.

⁴⁴ Idem, ibidem.

⁴⁵ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante APEJE), Recife, Setor de Documentos Impressos, *COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XV, anno de 1850*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1850, p. 14. *LEIS, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XVI, anno de 1851*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1851, p. 18.

⁴⁶ APEJE, Recife, Setor de Documentos Impressos, *COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, Tomo XX, anno de 1857*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1857, p. 49.

- ⁴⁷ APEJE, Recife, Setor de Documentos Impressos, *COLLECÇÃO de Leis, Decretos e Resoluções da Província de Pernambuco, anno de 1859*. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1859, p. 21.
- ⁴⁸ IGLÉSIAS, Francisco. “Vida Política, 1848-1866”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *HGCB: o Brasil Monárquico*. t. 2. v. 5. 8ª ed. São Paulo: Editora Bertrand Brasil, 2004, p. 56. A Exposição Universal de Londres, realizada em 1851, foi a primeira do gênero. Eventos como este foram “festas da modernidade” e tinham o papel simbólico de representar e promover o desenvolvimento econômico e a expansão do mercado em contextos imperialistas. SCHWARTZ, Lilia Moritz. “Exposições Universais: festas do trabalho, festas do progresso”. In: *As Barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- ⁴⁹ IGLÉSIAS, Francisco. Op. cit., p. 56.
- ⁵⁰ UNICAP, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 4v. Francisco Manoel Beranger nasceu na cidade do Recife em 1820. Filho do também mestre marceneiro Julião Beranger, que era francês, morou em França entre os anos de 1838 e 1845 para aperfeiçoar seus estudos. Ao retornar com louvores à sua cidade natal, atuou em duas frentes profissionais. Na primeira delas, ajudou seu pai a desenvolver o estilo “pernambucano” abrindo oficinas nas Ruas da Penha e do Colégio. Na outra frente, seus conhecimentos teóricos fizeram dele “Professor de Desenhos e Diversas Artes” no Colégio de Órfãos de Olinda em 1848. MAC CORD, Marcelo. Op. cit., p. 57.
- ⁵¹ UNICAP, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fl. 4v.
- ⁵² UNICAP, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 14-14v.
- ⁵³ UNICAP, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Caixa Material de Pesquisa do Liceu 2 (documentos avulsos).
- ⁵⁴ Idem, ibidem.
- ⁵⁵ Idem, ibidem.
- ⁵⁶ Idem, ibidem.
- ⁵⁷ Sociedade e Irmandade foram entidades co-operativas até a década de 1860. Por conta do crescimento político da associação e sua cada vez maior demanda por espaços físicos na Igreja de São José do Ribamar, a confraria dona do Templo sentiu-se ferida em seus direitos e brios. Em 1866, a mutualista foi expulsa do edifício religioso e foi rompida a tradicional aliança entre ambas as organizações de artífices. MAC CORD, Marcelo. Op.cit., pp. 189-211.
- ⁵⁸ ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 125P, maço Educação.
- ⁵⁹ BPPE, Recife, Setor de Obras Raras, Caixa C2, PEREIRA DA COSTA, F. A. *Homenagem à Benemérita Sociedade dos Artistas Mechanicos e Liberaes de Pernambuco*, p. 11.
- ⁶⁰ Idem, pp. 10 e 16.
- ⁶¹ UNICAP, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1855-1863, fl. 10v. Os respectivos títulos não foram arrolados na fonte.
- ⁶² ALEPE, Recife, Divisão de Arquivo, Série Petições, Caixa 125P, maço Educação.
- ⁶³ Idem, ibidem.
- ⁶⁴ Idem, ibidem.
- ⁶⁵ UNICAP, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro de Atas do Conselho Administrativo da Sociedade das Artes Mecânicas e Liberais, 1852-1853, fls. 3v-4v.
- ⁶⁶ UNICAP, Recife, Biblioteca/Coleções Especiais, Série Liceu de Artes e Ofícios, Livro para Termo de Exames no Liceu de Artes e Ofícios, fl. 1.
- ⁶⁷ Em 1853, o carpinteiro fez parte da comissão de reforma de seu Compromisso – documento que regulamentava a vida social das entidades leigas. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Recife, Arquivo, Livro de Termos da Irmandade de S. José do Riba Mar, 1777-1854, fl. 78.
- ⁶⁸ APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-6, fls. 33, 45 e 46.
- ⁶⁹ SILVA, Adriana Maria Paulo da. Op. cit.
- ⁷⁰ APEJE, Recife, Setor de Documentos Manuscritos, Série Instrução Pública, Códice IP-22, fl. 490.
- ⁷¹ O reconhecimento da cidadania dos “homens de cor” passou pelas disputas por cargos públicos e na Guarda Nacional. LIMA, Ivana Stolze. *Cores, Marcas e Falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 102.